



Os Principais Impactos à Aplicabilidade das Normas Internacionais de Contabilidade – reflexos nas demonstrações contábeis do segmento frigorífico e transporte.

Claucineia Slaviero

Universidade Comunitária da Região de Chapecó (UNOCHAPECÓ)

claucineia@unochapeco.edu.br

Franciele Pastre

Universidade Comunitária da Região de Chapecó (UNOCHAPECÓ)

franci@unochapeco.edu.br

Omeri Dedonatto

Universidade Comunitária da Região de Chapecó (UNOCHAPECÓ)

omeri@unochapeco.edu.br

Resumo

Com o processo de harmonização das normas brasileiras de contabilidade aos padrões internacionais, pela necessidade da apresentação de informações contábeis unificadas, as organizações buscam adequar-se ao novo cenário. Esta pesquisa teve como objetivo analisar os principais impactos à aplicabilidade às normas internacionais de contabilidade de duas empresas do segmento frigorífico e transporte, demonstrando as alterações ocasionadas nas demonstrações contábeis. Os procedimentos metodológicos utilizados caracterizam a pesquisa como descritiva, estudo de caso com abordagem qualitativa realizada por meio de questionário aplicado a empresa de consultoria que presta serviços às organizações. Os resultados demonstram a redefinição do plano de contas, recálculo de saldos devedores e apropriação de encargos financeiros, definição de nova taxa de depreciação em acordo com a vida útil dos bens, elaboração da DFC pelo método indireto e reconhecimento de arrendamento mercantil junto ao ativo imobilizado. Pela necessidade de atualizações constantes, recomenda-se maior capacitação e treinamentos aos profissionais contábeis e a análise das vantagens e desvantagens da contabilidade interna e externa.

Palavras-chave: Normas brasileiras de contabilidade. Comitê de Pronunciamentos Contábeis. Aplicabilidade das Normas.





1 Introdução

O desenvolvimento contábil está oportunando novos investidores ao mercado internacional. Com a abertura dos mercados, os negócios deixam de ocorrer nas fronteiras de um país. Neste cenário, as multinacionais vêm crescendo e tornando-se importantes para a economia dos mercados.

Essa mudança na economia internacional gera implicações nos negócios, acirrando a disputa entre as empresas que buscam melhoria constante. Para tornar-se competitiva, as empresas cada vez mais captam recursos e ingressam fluxos de capitais em outros países. As modificações econômicas decorrentes da globalização caracterizam um novo estágio de desenvolvimento, principalmente da contabilidade. Diante disso, surge a necessidade da harmonização das normas contábeis no mundo. A convergência aos padrões internacionais é mais voltada a atender as necessidades dos administradores e usuários em geral.

No Brasil foi criado o Comitê de Pronunciamentos, este órgão é responsável pelo estudo e divulgação de princípios, normas e padrões de contabilidade. Busca a adequação das normas brasileiras ao panorama internacional, baseado no modelo europeu, ou seja, no *International Accounting Standards Board (IASB)*. Os pronunciamentos são aceitos na maioria das bolsas de valores do mundo, o que auxilia o acesso ao mercado de capitais e proporciona às empresas participação na economia globalizada.

O Brasil procura a convergência de suas normas aos padrões internacionais. Este processo iniciou com a Lei 11.638/07 e em seguida a Lei 11.941/09, dando ênfase ao modelo internacional da lei societária. Além destas, o Comitê de Pronunciamentos Contábeis está divulgando várias Normas Brasileiras de Contabilidade (NBC) com enfoque na contabilidade internacional.

As perspectivas para o desenvolvimento da contabilidade no contexto destas leis indicam um reposicionamento das práticas e comportamentos tradicionais adotados pelos profissionais contábeis. Assim, pesquisas e estudos deverão permear a abrangência da contabilidade, norteando os profissionais para uma contabilidade aberta ao mundo. Esta medida é de fundamental importância, uma vez que as empresas, que adotam este modelo, divulgam aos usuários externos informações passíveis de comparação.

Estas mudanças podem provocar consequências para as empresas que apresentam demonstrações consolidadas, como a redução de custos, pois não haverá mais a necessidade de converter demonstrações apresentadas de acordo com as normas brasileiras, para padrões internacionais. Outra consequência deste processo de harmonização é o aumento do nível das informações. Sendo assim, o estudo objetiva analisar os principais impactos à aplicabilidade às normas internacionais de contabilidade em duas empresas de segmentos diferentes, a fim de demonstrar as principais mudanças nas demonstrações contábeis e a importância do profissional contábil atualizado.

2 Contabilidade gerencial como sistemas de informações

Grande parte das entidades possui um sistema de informação que ajuda a registrar, analisar, resumir e avaliar os dados monetários gerados por sua movimentação diária. Tem como





principal função auxiliar no processo decisório com as informações encontradas. Assim, os gestores podem planejar e controlar as atividades realizadas.

Padoveze (1997) define o sistema de informação como uma sequência lógica de processamento de dados traduzindo-os em informações. Esse conceito demonstra que as atividades dos gestores e seus colaboradores estão inteiramente ligados com os sistemas de contabilidade na geração de informações que sejam úteis à gestão da entidade.

Braga (2006, p. 27) define que “o sistema de informações contábeis deve fornecer à administração os meios para proceder ao planejamento a curto e longo prazos e ao controle do desenvolvimento das atividades previstas”. Assim, as informações contábeis estão relacionadas com o controle e o planejamento operacional como um todo.

As informações precisam ser extraídas de demonstrativos confiáveis elaborados de forma correta, como enfatiza Braga (2006, p. 28): “A eficiência do sistema de informações contábeis de uma empresa é fundamental para a análise das demonstrações contábeis, pois quanto mais deficiente o sistema contábil da empresa, menor o grau de confiabilidade nas informações contábeis”.

Assim, um planejamento adequado é fundamental para o desenvolvimento das atividades, viabilizando uma análise de possíveis mudanças dentro da organização, porém, para que isso aconteça, também é necessário que haja controle das operações desenvolvidas, obtendo melhores resultados.

A convergência das normas para o padrão internacional tem como objetivo, diminuir as diferenças entre os sistemas contábeis nos diversos países, possibilitando o entendimento das informações pelos usuários e investidores externos. A contabilidade pode ser considerada a linguagem dos negócios, desta forma por meio da reconciliação dos sistemas contábeis, possibilitará a interpretação e compreensão das informações mais detalhadas pelos usuários.

2.1 Demonstrações contábeis

As demonstrações contábeis fornecem informações aos gestores para comparativos internos e para analisar as entidades concorrentes, pela publicação dos balanços, disponibilizando uma visão mais ampla do mercado.

Braga (2006, p. 75) ressalta que por meio da legislação societária (Lei 6.404/76), as demonstrações financeiras:

São utilizadas pelos administradores para prestar contas sobre os aspectos públicos de responsabilidade da empresa, perante acionistas, credores, governo e a comunidade em geral. Têm, portanto, por objetivo, revelar a todas as pessoas interessadas as informações sobre o patrimônio e os resultados da empresa, a fim de possibilitar o conhecimento e a análise de sua situação econômico-financeira.

Para obter um melhor entendimento dos fatos ocorridos na entidade, além das demonstrações contábeis, é necessário o uso das notas explicativas, que auxiliam na análise e na interpretação dos dados dos demonstrativos. Segundo Assaf Neto (2006) por meio das



demonstrações contábeis geram-se informações sobre a posição passada, presente e futura de uma empresa.

A análise das demonstrações contábeis identifica a situação econômico-financeira da entidade, demonstrando a situação patrimonial, permitindo analisar os aspectos que necessitam ser melhorados e os que estão trazendo retorno. Para ter uma conclusão relevante no processo decisório em uma análise, as informações devem ser de qualidade. Por isso, é necessário a exatidão dos valores nos registros, visando aos lançamentos, conforme os princípios e normas contábeis à disposição do analista.

Com isso, Assaf Neto (2006, p. 56) relata que: “Para essas conclusões e decisões, análise de balanços é fundamentalmente dependente da qualidade das informações (exatidão de valores registrados, rigor nos lançamentos e princípios contábeis adotados, etc) e do volume de informações disponíveis ao analista”. Sendo assim, a análise seguirá regras específicas de acordo com os aspectos científicos da contabilidade para indicar a situação real da entidade, servindo de auxílio à tomada de decisão.

A elaboração da análise das demonstrações contábeis para Assaf Neto (2006) deve ser realizada periodicamente. A NBCT define um conjunto completo de demonstrações contábeis conforme a Lei 11.941/09: (a) balanço patrimonial do período; (b) demonstração do resultado do período; (c) demonstração do resultado abrangente do período; (d) demonstração das mutações do patrimônio líquido do período; (e) demonstração dos fluxos de caixa do período; (f) demonstração do valor adicionado do período; (g) notas explicativas, compreendendo um resumo das políticas contábeis significativas e outras informações; e (h) o balanço patrimonial do início do período mais antigo comparativamente apresentado quando a entidade aplica uma política contábil retroativamente ou procede à republicação ou à rerepresentação de itens das demonstrações contábeis, ou ainda quando procede à reclassificação de itens de suas demonstrações contábeis.

Com base na IAS 1, Padoveze et al (2012, p. 75) afirma que:

Apresentação das Demonstrações Contábeis objetiva determinar a base de apresentação de demonstrações contábeis de uso geral, a fim de assegurar comparação tanto com as próprias demonstrações contábeis de períodos anteriores como as demonstrações contábeis de outras entidades.

Sendo assim, as demonstrações devem seguir a estrutura das normas internacionais de contabilidade do IAS 1 de modo geral. Apenas a Demonstração dos Fluxos de Caixa deve seguir as normas do IAS 7 na sua elaboração e apresentação para considerar os métodos direto e indireto.

2.2 Normas internacionais de contabilidade

As normas contábeis produzidas pelo IASB, denominados pronunciamentos contábeis internacionais (*International Accounting Standards – IAS*) ou como é conhecida, (*International Financial Reporting Standards - IFRS*) são parâmetros de publicação em quase todas as bolsas de valores do mundo, auxiliando o acesso aos mercados de capitais participando ativamente da economia globalizada.





CONGRESSO UFSC de Controladoria e Finanças & Iniciação Científica em Contabilidade



Com os pronunciamentos aprovados em 1992 o IASB tem como seus objetivos segundo Santos (2006, p. 20):

Primeiramente, formular e publicar, de acordo com o interesse público, padrões contábeis a serem observados na apresentação de demonstrações financeiras e promover a sua aceitação e observância por todo o mundo. Em segundo momento, aperfeiçoar e harmonizar as regulamentações, os padrões contábeis e os procedimentos relacionados à apresentação das demonstrações financeiras.

Após as normas contábeis passarem por uma fase de adoção e aceitas por diversos órgãos no Brasil como a Comissão de Valores Mobiliários – CVM, Banco Central do Brasil, em 2008 e 2009 ainda com restrições pelas companhias abertas, entretanto sendo regulamentada pela CVM estabeleceu-se a adoção dos CPCs, IAS e IFRS.

No Brasil segundo Muller e Scherer (2010), o Projeto de Lei nº 3.471/2000 aproxima o nosso padrão contábil das normas internacionais. Com isso a partir de 2010 a CVM e o Banco Central estabeleceram a padronização das normas internacionais na publicação das demonstrações financeiras.

Em setembro de 2002 o Parlamento Europeu aprovou o Regulamento nº 1.606/2002 tratando da aplicação das normas internacionais. A partir de então surgiram outros regulamentos criados pela Comissão de Normatização Contabilística. Assim não somente as entidades que vendem suas cotas, nem bancos e seguradoras devem adotar as novas normas, mas sim, todas as organizações. Conforme Muller e Scherer (2010, p. 28) “tratam-se da homogeneização da interpretação, da evolução do nível técnico da contabilidade e da padronização de uma regulamentação de caráter realmente internacional”.

A adoção dos novos padrões contábeis deve-se ao crescimento da economia global e a relação entre os diferentes mercados mundiais. A padronização tem como objetivo fornecer aos gestores e acionistas maior transparência e comparabilidade nos relatórios financeiros, abrindo caminho para a valorização da organização e investimentos internacionais na venda de ações. Segundo Gilio (2011, p. 06) “essas normas apresentam regras específicas, atingindo públicos geralmente externos e pontos específicos, como para o exemplo de resultado por ações para investidores, que precisam conhecer critérios de rateio do lucro por cada ação”.

A convergência das demonstrações para as normas internacionais tem como objetivo, diminuir as diferenças entre os sistemas contábeis nos diversos países, possibilitando o entendimento das informações pelos usuários e investidores externos.

Niyama (2007, p. 21) explica as causas das diferenças nas práticas contábeis:

Considerando-se que cada país tem seu conjunto de leis, regras, filosofias, procedimentos, objetivos (buscam proteger os seus interesses nacionais), é razoável supor que os sistemas contábeis de cada país venham a ser impactados por tais medidas, dependendo do seu grau de influencia sobre outros.

Por esse motivo surgiu a contabilidade internacional, para harmonizar as diferenças encontradas nas demonstrações entre os países. A partir das novas normas as demonstrações serão de melhor entendimento e terá a disposição á empresários com a disponibilidade de investir no mercado externo.

A convergência das normas internacionais é uma exigência do mundo globalizado. As entidades multinacionais possuem filiais em vários países com normas contábeis diversas, com





isso dificulta o trabalho de consolidação das demonstrações contábeis. Por outro lado, além de facilitar a consolidação, promove a comunicação no mercado de capitais atraindo investidores de inúmeros países.

No Brasil, as normas internacionais foram regulamentadas pelas Leis 11.638/07 e para normatizar as mudanças foi promulgada a Lei 11.941/09 e também, através dos pronunciamentos técnicos emitidos pelo (Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPCs e as Normas Brasileiras de Contabilidade, estabelecidas pelo Conselho Federal de Contabilidade – CFC).

O processo da convergência internacional foi empreendido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis, idealizado a partir dos esforços das seguintes entidades:

- a) ABRASCA (Associação Brasileira das Companhias Abertas);
- b) APIMEC Nacional (Associação dos Analistas e Profissionais de Investimento do Mercado de Capitais);
- c) BOVESPA (Bolsa de Valores de São Paulo);
- d) Conselho Federal De Contabilidade;
- e) FIPECAFI (Fundação Instituto de Pesquisas Contábeis, Atuariais e Financeiras); e
- f) IBRACON (Instituto dos Auditores Independentes do Brasil).

Os pronunciamentos técnicos foram obrigatoriamente submetidos a audiências públicas. Com isso o CPC, no uso de suas atribuições, emitiu os pronunciamentos conforme Quadro 01:

Quadro 01: Lista de Pronunciamentos.

Pronunciamento	Assunto	Resolução CFC	Instrução CVM
CPC 1	Redução ao Valor Recuperável de Ativos	1.292/10	639/10
CPC 2	Efeitos das mudanças nas taxas de câmbio e Conversão de Demonstrações Contábeis	1.295/10	640/10
CPC 3	Demonstração dos Fluxos de Caixa	1.296/10	641/10
CPC 4	Ativo Intangível	1.303/10	644/10
CPC 5	Divulgação sobre Partes Relacionadas	1.297/10	642/10
CPC 6	Operações de Arrendamento Mercantil	1.304/10	645/10
CPC 7	Subvenção e Assistência Governamentais	1.305/10	646/10
CPC 8	Custos de Transação e Prêmios na Emissão de Títulos e Valores Mobiliários	1.313/10	649/10
CPC 9	Demonstração do Valor Adicionado	1.138/08 1.162/09	557/08
CPC 10	Pagamento baseado em Ações	1.314/10	650/10



CONGRESSO UFSC de
Controladoria e Finanças &
Iniciação Científica em Contabilidade



CPC 11	Contratos de Seguro	1.150/09	563/08
CPC 12	Ajuste a Valor Presente	1.151/09	564/08
CPC 13	Adoção Inicial da Lei n.º 11.638 e Medida Provisória n.º 449	1.152/09	565/08
CPC 14	Instrumentos Financeiros: Reconhecimento, Evidenciação e Mensuração		
CPC 15	Combinação de Negócios	1.350/11	665/11
CPC16	Estoques	1.170/09 1.273/10	575/09
CPC 17	Contratos de Construção	1.411/12	691/12
CPC 18	Investimento em coligada, em controlada e em empreendimento controlado em conjunto		696/12
CPC 19	Negócios em conjunto		694/12
CPC 20	Custos de Empréstimos	1.359/11	672/11
CPC 21	Demonstração Intermediária	1.359/11	673/11
CPC 22	Informações por Segmento	1.176/09	582/09
CPC 23	Políticas contábeis, mudança de estimativa e retificação de erro	1.179/09	592/09
CPC 24	Evento Subsequente	1.184/09	593/09
CPC 25	Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes	1.180/09	594/09
CPC 26	Apresentação das demonstrações contábeis		676/11
CPC 27	Ativo Imobilizado	1.177/09	583/09
CPC 28	Propriedade para Investimento	1.178/09	584/09
CPC 29	Ativo Biológico e Produto Agrícola	1.186/09	596/09
CPC 30	Receitas	1.412/12	692/12
CPC 31	Ativo Não Circulante Mantido para Venda e Operação Descontinuada	1.188/09	598/09
CPC 32	Tributos sobre o Lucro	1.189/09	599/09
CPC 33	Benefícios a Empregados		695/12
CPC 35	Demonstrações Separadas	1.413/12	693/12
CPC 36	Demonstrações Consolidadas		698/12
CPC 37	Adoção Inicial das Normas Internacionais de Contabilidade	1.306/10	647/10





CPC 38	Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração	1.196/09	604/09
CPC 39	Instrumentos Financeiros: Apresentação	1.197/09	604/09
CPC 40	Instrumentos Financeiros: Evidenciação	1.399/12	684/12
CPC 41	Resultado por Ação	1.287/10	636/10
CPC 43	Adoção Inicial dos Pronunciamentos Técnicos CPC 15 a 41	1.315/10	651/10
CPC 44	Demonstrações Combinadas		708/13
CPC 45	Divulgação de Participações em Outras Entidades		697/12
CPC 46	Mensuração do Valor Justo		699/12

Fonte: Elaborado pelos autores com base no CPC.

Conforme Quadro 01, observam-se resumidamente pronunciamentos técnicos foram obrigatoriamente submetidos a audiências públicas e após devidamente regulamentados pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC).

3 Procedimentos Metodológicos

Trata-se de uma pesquisa descritiva com estudo de caso e abordagem qualitativa, realizada por meio de um estudo bibliográfico para conceituar a contabilidade internacional e sua aplicabilidade em entidades de diversos ramos de atividades. Pesquisa descritiva, conforme Gil (1999) possuem como objetivo a descrição de características de uma população, fenômeno ou mesmo uma experiência.

A abordagem do problema da pesquisa é de natureza qualitativa, pois visa possibilitar maior nível de profundidade no assunto. Na visão de Raupp e Beuren (2004, p. 92) “na pesquisa qualitativa concebem-se análises mais profundas em relação ao fenômeno que está sendo estudado”.

Quanto ao método do estudo de caso é o detalhamento dos dados. Gil (2002, p. 54), destaca que “o estudo de caso é caracterizado pelo estudo profundo e exaustivo de um ou de poucos objetos, de maneira a permitir conhecimentos amplos e detalhados do mesmo, tarefa praticamente impossível mediante os outros tipos de delineamentos considerados”.

A pesquisa foi realizada para responder os objetivos propostos, com isso buscou-se elaborar uma revisão bibliográfica para abordar a aplicabilidade dos princípios e práticas das Normas Internacionais de Contabilidade.

No desenvolver desta pesquisa procurou-se identificar cenários, avaliar e comparar organizações que adotaram as normas internacionais. Para obtermos as respostas foram elaborados questionários com perguntas abertas e fechadas à uma equipe de colaboradores de um escritório de consultoria. Coletaram-se informações de um grupo com respostas de questões pré-



determinadas e análise da fase inicial da conversão das demonstrações, mudanças e análise do setor da categoria no mercado de trabalho, entre outros fatores relevantes.

4 Resultados da Pesquisa

O artigo evidenciou os reflexos das normas internacionais nas entidades brasileiras principalmente as dificuldades para a adequação das demonstrações e a importância de um profissional atualizado. Na mesma linha de evidenciação, demonstrou aos acionistas e gestores as principais mudanças nas demonstrações em suas organizações para a tomada de decisão.

Além da importância e das principais mudanças na contabilidade com as normas internacionais, é preciso salientar o quanto as organizações estão deficientes em conhecimento e profissionais qualificados para atender as novas exigências da contabilidade tendo que contratar consultoria para estarem em dia com a contabilidade e para obter relatórios confiáveis para a tomada de decisão.

De forma geral, destacaram que as principais entidades a contratar os serviços contábeis atuam no ramo do comércio atacadista e varejo e em seguida as indústrias, ambas enquadradas no modo de tributação Lucro Real e Presumido. Alguns possuem contabilidade interna e outras externas.

A prestação de serviço da Consultoria, conforme contrato, é elaborar os papéis de trabalho após reunião prévia com o cliente. Depois disso, é feito um levantamento geral de todas as contas contábeis e financeiras, se necessário são realizadas comprovações com documentos hábeis. As organizações atualmente possuem sistemas operacionais que auxiliam na formação dos relatórios contábeis. Muitas vezes são deficientes em informações, não são devidamente alimentados e até mesmo não são explorados, tornando-se às vezes uma ferramenta de alto custo e de pouco retorno por imprudência no manuseio.

Esses problemas são encontrados com muita frequência, tanto em organizações com a contabilidade interna quanto externa. Na contabilidade interna os problemas derivam-se a contratação de colaboradores pouco capacitados e de baixo custo para desenvolver as funções necessárias. Na contabilidade externa, além do fator citado na contabilidade interna, há a superlotação de clientes e poucos colaboradores para desenvolver o trabalho. Além disso, há maior atenção à parte fiscal para as obrigações acessórias e apuração de tributos. Trabalham de forma mecanizada, só realizam as suas obrigações sem saber o que realmente é e o que estão fazendo.

Apesar desses problemas, as entidades buscam melhorar a qualidade das informações, reduzirem o risco de contingências fiscais, que refletem nas demonstrações contábeis a real posição financeira e patrimonial, para que auxilie na análise de rentabilidade das atividades realizadas pela entidade, possibilitando projeções futuras com os colaboradores e sistema de informação que já possuem.

Para evidenciar algumas das alterações, utilizaram-se duas entidades como exemplo, uma transportadora de cargas que está enquadrada no modo de tributação do Lucro Real e um frigorífico de abate de frangos também no modo de tributação do Lucro Real, conforme Quadro 02:





Quadro 02 – Resultado da Pesquisa

Entidade (Nome Fantasia)	Ramo de Atividade	Modo de Tributação	Demonstrações e Contas	Alterações em relação a Convergias as Normas Internacionais
Transportadora ABC	Transportes de Cargas	Lucro real	Plano de Contas	Redefinição do Plano de Contas da empresa de forma a atender as Novas Normas Contábeis, abrindo a estrutura como orienta a Lei 11.638/07.
Transportadora ABC	Transportes de Cargas	Lucro real	Financiamentos	Recalculado o real saldo devedor e a apropriação de todos os encargos financeiros. Os encargos foram reconhecidos em contas redutoras do passivo corrente e no passivo não corrente, para fins de adequação de curto e longo prazo.
Transportadora ABC	Transportes de Cargas	Lucro real	Imobilizado	Levantamento de todos os bens, evidenciando-se o valor de mercado, tempo de vida útil e valor residual. De acordo com a nova vida útil de cada bem se definiu a nova taxa de depreciação, evidenciando melhor o resultado da entidade, utilizando o CPC 27.
Frigorífico XYZ	Frigorífico Abatedor de Frangos	Lucro Real	Demonstração dos Fluxos de Caixa	A DFC foi elaborada pelo método indireto, onde as informações foram separadas em três grupos de atividade: atividades operacionais, de investimento e de financiamento. Esse demonstrativo é apresentado de forma comparativa com o ano anterior, como orienta o CPC 03.



Frigorífico XYZ	Frigorífico Abatedor de Frangos	Lucro Real	Arrendamento Mercantil	A entidade realiza operações de arrendamento mercantil financeiro e não reconhecia inicialmente os bens no ativo. Atualmente os arrendamentos financeiros realizados são registrados no ativo imobilizado contra o respectivo passivo, conforme CPC 06.
-----------------	---------------------------------	------------	------------------------	---

Fonte: Elaborado pelos autores

Pelo Quadro 02 percebe-se que a equipe terceirizada de Consultoria teve que reclassificar o Plano de Contas da Transportadora ABC. Para a realização desse trabalho, tomou por base o Art. 178 da Lei 11.638, parágrafos 1º e 2º conforme segue:

§ 1º No ativo, as contas serão dispostas em ordem decrescente de grau de liquidez dos elementos nelas registrados, nos seguintes grupos:

- ativo circulante;
- ativo realizável a longo prazo;
- ativo permanente, dividido em investimentos, imobilizado, intangível e diferido.

§ 2º No passivo, as contas serão classificadas nos seguintes grupos;

- passivo circulante;
- passivo exigível a longo prazo;
- resultados de exercícios futuros;
- patrimônio líquido, dividido em capital social, reservas de capital, ajustes de avaliação patrimonial, reservas de lucros, ações em tesouraria e prejuízos acumulados.

No Balanço Patrimonial da Transportadora ABC especificamente na conta do imobilizado dando enfoque ao CPC 27, a Consultoria realizou um levantamento de todos os veículos e demais bens, para evidenciar o valor de mercado, tempo de vida útil e o valor residual. De acordo com a nova vida útil de cada bem, utilizou-se uma nova taxa de depreciação, evidenciando melhor o resultado da entidade.

A conta do imobilizado merece destaque em relação à relevância de informações levantadas. A entidade possui grande quantidade de caminhões e um alto valor de imobilizado. Através do Ajuste a Valor Presente evidenciou-se um novo valor do bem, aumentando o valor do ativo e com a nova taxa de depreciação, o lançamento mensal em despesa reduzido, ocasionando um melhor resultado para a entidade.

Para os financiamentos da entidade foi recalculado saldo devedor real e a apropriação de todos os encargos financeiros no balanço patrimonial. Tais encargos foram reconhecidos em contas redutoras do passivo corrente e no passivo não corrente, para fins de adequação de curto e longo prazo, melhorando os indicadores econômicos.



Do conjunto completo das demonstrações contábeis que é solicitado no CPC 26 a Transportadora ABC, não elabora a Demonstração do Valor Adicionado (DVA) devido à falta de algumas informações necessárias para o demonstrativo, que acaba sendo informado erroneamente pelos usuários do sistema. A DVA é o demonstrativo que está direcionado para a geração de valor dos bens e serviços produzidos pela atividade econômica, e sua respectiva distribuição está inteiramente relacionada com informações para a elaboração do balanço social.

O Demonstrativo do Fluxo de Caixa no Frigorífico XYZ foi elaborado pelo método indireto, onde as informações foram separadas pelos três grupos de atividade, conforme o CPC 03. Esse demonstrativo é apresentado de forma comparativa com o ano anterior. A DFC demonstra a origem do dinheiro que entrou no caixa bem como a aplicação do mesmo, gerando o resultado do Fluxo Financeiro.

No Frigorífico XYZ, na conta do imobilizado do Balanço Patrimonial a entidade realiza operações de arrendamento mercantil financeiro, mas não reconhecia inicialmente os bens no ativo, procedimento este que foi alterado atendendo a orientação do CPC 06. No início do prazo de arrendamento mercantil, os arrendatários devem reconhecer os arrendamentos mercantis financeiros como ativos e passivos nos seus balanços por quantias iguais ao valor justo da propriedade arrendada ou, se inferior, ao valor presente dos pagamentos mínimos do arrendamento mercantil.

5 Conclusões

O objetivo geral deste artigo foi analisar os principais impactos à aplicabilidade às normas internacionais de contabilidade em duas empresas de segmentos diferentes: transportadora de cargas e frigorífico de abates de aves.

Evidenciaram-se as principais mudanças nas demonstrações contábeis e suas adequações através da Lei 11.638/07 e 11.941/09, suas exigências em relação ao processo de convergência as normas internacionais e apontam muitas vantagens principalmente aos usuários da informação contábil. Destacam-se a apresentação de informações mais detalhadas e confiáveis, melhor entendimento e interpretação das demonstrações contábeis. As organizações contábeis reconhecem possibilidades com impacto significativo para o empreendimento dos seus clientes.

A entidade deve avaliar ao fim de cada exercício social os bens do ativo imobilizado, se há alguma indicação de que um ativo possa ter sofrido desvalorização. Se houver alguma indicação, a entidade deve estimar o valor recuperável do ativo. Se o imobilizado sofreu desvalorização, devem-se considerar, no mínimo, as seguintes indicações:

- a) durante o período, o valor de mercado de um ativo diminuiu sensivelmente, mais do que seria de se esperar como resultado da passagem do tempo ou do uso normal;
- b) mudanças significativas com efeito adverso sobre a entidade ocorreram durante o período, ou ocorrerão em futuro próximo, no ambiente tecnológico, de mercado, econômico ou legal, no qual a entidade opera ou no mercado para o qual o ativo é utilizado;
- c) as taxas de juros de mercado ou outras taxas de mercado de retorno sobre investimentos aumentaram durante o período, e esses aumentos: provavelmente afetarão a taxa de desconto usada no cálculo do valor em uso de um ativo em uso e diminuirão significativamente o valor



recuperável dos ativos; o valor contábil do patrimônio líquido da entidade é maior do que o valor de suas ações no mercado.

As entidades pesquisadas devem investir em colaboradores capacitados para desenvolver as atividades na alimentação do sistema contábil que gera a informação para a tomada de decisão. Os profissionais contábeis são os responsáveis por estas mudanças e precisam de atualização constante, para adequar a contabilidade dos seus clientes. Investir também em treinamentos para seus colaboradores, além de estar atualizados estarão harmonizando a contabilidade mundialmente. Abrindo possibilidade de ampliar seus negócios em outros países e captar investidores internacionais.

As entidades de forma geral devem fazer um levantamento minucioso e analisar as vantagens e as desvantagens da contabilidade interna e externa. Assim sendo, recomenda-se que novos estudos sejam realizados para um entendimento melhor acerca do assunto.

REFERÊNCIAS

ASSAF NETO, Alexandre. **Estrutura e análise de balanços: um enfoque econômico-financeiro**. 8. ed. São Paulo: Atlas, 2006.

BRAGA, Hugo Rocha. **Demonstrações contábeis: estrutura, análise e interpretação**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2006.

Comitê de Pronunciamentos Contábeis 2011. Conselho Federal de Contabilidade, CFC, Brasília, DF - 2012. Disponível em:
<http://www.cpc.org.br/pdf/cpc_pronunciamentos_2011.pdf>. Acesso em: 21/04/2013.

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

_____. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 1999.

GILIO, Luciano. **Aproximação entre contabilidade gerencial e contabilidade financeira com a convergência contábil brasileira às normas IFRS**. 2011. Dissertação (Mestrado em Controladoria e Contabilidade: Contabilidade) - Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2011. Disponível em:
<<http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/12/12136/tde-24012012-154824/>>. Acesso em: 18/04/2013.



CONGRESSO UFSC de
Controladoria e Finanças &
Iniciação Científica em Contabilidade



International Accounting Standards Board. **Normas internacionais de relatório financeiro (IFRSs)**: conforme emitidas até 1º de janeiro de 2009. São Paulo: IBRACON – Instituto dos auditores Independentes do Brasil, 2010.

Lei Nº 11.638, de Dezembro de 2007, Disponível em:
<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/lei/111638.htm>. Acesso em 18/04/2013.

MULLER, Aderbal Nicolas; SCHERER, Luciano Márcio. **Contabilidade avançada e internacional**. 2. ed. São Paulo: Saraiva, 2010.

NIYAMA, Jorge Katsumi. **Contabilidade internacional**. 1ª ed. São Paulo, Atlas, 2007.

PADOVEZE, Clóvis Luís. **Contabilidade gerencial**: um enfoque em sistema de informação contábil. 2. ed. São Paulo: Atlas, 1997.

PADOVEZE, Clóvis Luís. et al. **Manual de contabilidade internacional IFRS – US Gaap – BR Gaap**: teoria e prática. São Paulo: Cengage Learning, 2012.

Pronunciamento Conceitual Básico (R1) - **Estrutura Conceitual para Elaboração e Divulgação de Relatório Contábil-Financeiro**. Disponível em:
<http://www.cpc.org.br/pronunciamentosIndex.php>. Acesso em 18/04/2013.

Raupp, Fabiano Maury; BEUREN, Ilse Maria (org.). **Como elaborar trabalhos monográficos em contabilidade**: teoria e prática. 2. ed. ampl. e atual. São Paulo: Atlas, 2004.

SANTOS, José Luiz dos. et al. **Introdução à contabilidade Internacional**. São Paulo: Atlas, 2006.

